

PROCESSO TCE/AC 123.745  
ENTIDADE: Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus  
NATUREZA: Prestação de Contas  
OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Santa Rosa exercício orçamentário-financeiro de 2016.  
RESPONSÁVEL: Marcela Nascimento Souza  
RELATOR: Cons<sup>a</sup>. Naluh Maria Lima Gouveia  
Voto Vencedor: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

## ACÓRDÃO Nº 11.490 /2019

### PLENÁRIO

**EMENTA:** Prestação de Contas. **Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus** Exercício de 2016. **Irregular.** Arquivamento dos autos.

**Vistos, relatados e discutidos** os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do **voto** do Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro, com fulcro na Lei Complementar Estadual nº 38/93, art. 51, inciso III, em **julgar IRREGULAR** a Prestação de contas e pela **abertura de processo autônomo** para apurar o pagamento dos encargos com juros e multa por atrasos. **Vencida** a Conselheira-Relatora, seguida pelo Conselheiro José Augusto Araújo de Faria, ao votar nos seguintes termos: 1) emissão de acórdão considerando regular com ressalvas a prestação de contas da Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus, exercício de 2016, de responsabilidade da senhora Marcela Nascimento de Souza, residente da Câmara à época, valendo como ressalvas os *itens a, b, c e d*, parte integrante do voto; 2) notificar a senhora Marcela Nascimento de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus, à época, do resultado dessa decisão e, 3) notificação ao atual Presidente da Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus para que promova a atualização do inventário dos bens móveis e imóveis e, certifique-se de que o consumo de combustível esteja sendo contabilizado e controlado adequadamente. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco - Acre, 10 de outubro de 2019.

**Cons. Valmir Gomes Ribeiro**  
Presidente

**Cons. Ronald Polanco Ribeiro**  
Relator

**Cons. José Augusto Araújo de Faria**

**Cons. Antônio Jorge Malheiro**

**Cons<sup>a</sup>. Dulcinéa Benício de Araújo**

**Cons<sup>a</sup>. Naluh Maria Lima Gouveia**

**Cons<sup>a</sup>. Sub. Maria de Jesus Carvalho de Souza**

Fui presente:

**Dr. Sérgio Cunha Mendonça**  
Procurador-Chefe MPC

PROCESSO TCE/AC 123.745

Processo Nº 123.745

Acórdão nº 11.490/2019/Plenário

Pág. 2 de 8

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

ENTIDADE: Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus  
NATUREZA: Prestação de Contas  
OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Santa Rosa exercício orçamentário-financeiro de 2016.  
RESPONSÁVEL: Marcela Nascimento Souza  
RELATOR: Cons<sup>a</sup>. Naluh Maria Lima Gouveia  
Voto Vencedor: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

## RELATÓRIO

- 1) Tratam os autos da Prestação de Contas da Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus, exercício 2016, tendo como responsável a Sr.<sup>a</sup> **Marcela Nascimento de Souza**, Presidente da Câmara à época, enviada a este Tribunal de Contas para julgamento das contas, conforme estabelecido no art. 71, inciso II, da Constituição Federal, art. 61, inciso II, da Constituição Estadual, art. 36, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993 e art. 6º, inciso III, do Regimento Interno;
- 2) O processo foi registrado, autuado e distribuído à fl. 02 a Conselheira- Relatora no dia 31 de março de 2017 à fl. 02;
- 3) Os Relatórios de Análise Técnica (fls. 14/27 e 39/41) apurou:
  - a) A Prestação de Contas foi encaminhada no dia 31/03/2017 **dentro do prazo legal**, estabelecido no art. 23, §1º da Constituição Estadual e art. 2º, § 2º, inciso I, da Resolução TCE/AC nº 87/2013;
  - b) A Lei Orçamentária Anual nº 014 de 30 de dezembro de 2015 destinou uma Dotação Inicial ao Legislativo Municipal de **R\$ 563.522,82** à fl. 02 que se manteve inalterado<sup>1</sup> ao longo do exercício;

---

<sup>1</sup> Dotação Atualizada R\$ 563.522,82 à fl. 03.

- c) No **Balanço Orçamentário** se verifica que todas as Despesas Empenhadas (R\$ 562.484,66) foram devidamente pagas e liquidadas, **restando um saldo<sup>2</sup> de R\$ 1.038,16<sup>3</sup> (fl. 03);**
- d) A 2ª IGCE ao analisar o **Balanço Financeiro** constatou que **resta a ser comprovado** em relação ao saldo que se transfere para o exercício seguinte o valor de **R\$ 2.955,46<sup>4</sup>** por meio de extratos e conciliações bancárias, **estando em desconformidade com** norma contida no Manual de Referência à que se refere a Resolução TCE/AC nº 87/2013 (modelos 07 e 08);
- e) No **Balanço Patrimonial** se verifica que não ficou comprovado o valor de **R\$ 4.193,66 no Ativo Circulante** por meio de **extratos e conciliações bancárias**, ainda se verificou, o **não encaminhado o inventário analítico atualizado dos bens**, descumprindo artigos 94, 95 e 96 da Lei Federal nº 4.320/64 e art. 1º, § 2º da Resolução TCE/AC nº 87/2013;
- f) O **Repasse ao Poder Legislativo** atingiu **R\$ 563.522,76** que representa **6,35%** da **receita efetivamente realizada no exercício anterior (2015)** estando **dentro do limite máximo de 7%** conforme estabelecido no art. 2º da EC nº 58/2009;
- g) O **gasto com folha de pagamento** atingiu R\$ 326.092,31 que representa **57,87%** dos repasses efetuados no período (R\$ 563.522,76), estando **dentro do limite máximo permitido de 70%** estabelecido no art. 29-A § 1º da CF/88;
- h) O **gasto total com remuneração dos vereadores** atingiu R\$ 222.318,00 que representa **2,07%** da receita municipal (R\$ 19.575.302,57), estando dentro do limite máximo de **5%** da receita municipal;
- i) O **gasto com pessoal** no Poder Legislativo alcançou R\$ 422.831,53 que representa **2,21%**, da RCL do Município, estando dentro do limite máximo de **6%** definido no ar. 19, III da LRF c/c art. 169 da CF/88;

<sup>2</sup> Valor não empenhado.

<sup>3</sup> Dotação Atualizada – Despesas Liquidadas = R\$ 1.038,16 (Saldo da Dotação).

<sup>4</sup> R\$ 4.193,66 – R\$ 1.238,20

- j) A 2ª IGCE verificou que os **subsídios efetivamente pagos aos vereadores** do município totalizaram **R\$ 222.318,00** e estão em **conformidade** com a Lei nº 04 de 20 de novembro de 2012 que fixou seus subsídios;
- k) A 2ª IGCE observou que **não foi contabilizado o valor integral das obrigações patrimoniais no exercício** (faltando ser contabilizado R\$ 59.922,50<sup>5</sup>), descumprindo o artigo 22, I da Lei nº 8.212/1991 e art. 15 da Lei nº 8.036/1990;
- l) O dispêndio com **Diárias** atingiu **R\$ 44.614,31**, que representa **7,93%** da despesa executada pela Câmara Municipal;
- m) O gestor **encaminhou** por meio do SIPAC o Demonstrativo de Licitações e Contratos, conforme disciplina o anexo VII, do Manual de referência 3ª edição, instituído pela Resolução nº 87/2013 e se verificou que foi contabilizado para **material de consumo** R\$ 15.938,03, deste montante **R\$ 8.451,44** foi creditado ao Auto Posto Santa Rosa Comércio de Derivados de Petróleo LTDA – ME, desta forma, se verifica que não houve realização de procedimento licitatório para aquisição de combustível, havendo o descumprimento do art. 37, XXI da Constituição Federal, c/c art. 2º da Lei nº 8.666/93;
- n) A 2ª IGCE apurou que todas as **contratações de serviços de terceiros** – pessoa física **se enquadravam na dispensa de licitação** a que se refere o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, com exceção ao caso do Sr. Francisco Eudes da Silva Brandão, que foi feito o procedimento licitatório. Desta forma se verifica que **houve o cumprimento** das determinações do art. 37, XXI da CF, c/c art. 2º da Lei nº 8.666/93;
- o) A 2ª IGCE **não identificou despesas** referentes a **Obras e Instalações** no exercício.

<sup>5</sup> R\$ 89.881,82 (Obrigações Patronais devidas no exercício) – R\$ 29.959,38 (empenhos)

p) Se verificou a **aquisição de equipamento permanente** no valor de **R\$ 1.039,00** por meio de dispensa de licitação, estando **em conformidade** com o art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/1993;

q) O gestor apresentou “**Nada Consta**” (Anexo IX) para **recursos concedidos a terceiros**, o que foi **confirmado** após análise dos empenhos;

r) Foi apresentado Parecer emitido pelo Sr. Damião dos Santos Nascimento, **Controlador Interno** da Câmara Municipal sendo favorável a regularidade das contas;

**4) A Senhora Marcela Nascimento de Souza e o Senhor Claudio Roberto Pinheiro de Araújo**, ex-Presidente e Contador da Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus **foram devidamente citados**, contudo conforme o conteúdo da certidão à fl. 35, ambos não aproveitaram a oportunidade e se mantiveram inertes;

**5) O Ministério Público de Contas**, por meio de seu ilustre Procurador, Doutor João Izidro de Melo Neto, pronunciou-se às fls. 45/47.

É o Relatório.

Rio Branco, 10 de outubro de 2019

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**  
Relatora

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

PROCESSO TCE/AC 123.745  
ENTIDADE: Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus  
NATUREZA: Prestação de Contas  
OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Santa Rosa exercício orçamentário-financeiro de 2016.  
RESPONSÁVEL: Marcela Nascimento Souza  
RELATOR: Cons<sup>a</sup>. Naluh Maria Lima Gouveia  
Voto Vencedor: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

## Voto

Permaneceram as seguintes **ressalvas**:

- a) Restou a ser comprovado em relação ao **saldo que se transfere para o exercício seguinte** o valor de **R\$ 2.955,46<sup>6</sup>** por meio de extratos e conciliações bancárias<sup>7</sup>, contudo, a luz dos princípios<sup>8</sup> da **colegialidade, razoabilidade e proporcionalidade**, deixamos de pedir sua devolução;
- b) Não encaminhamento do **inventário analítico de bens atualizado<sup>9</sup>**;
- c) **Não ter contabilizado o valor integral das obrigações patrimoniais no exercício<sup>10</sup>**;
- d) Contabilização de **R\$ 8.451,44** como **material de consumo, quando se tratava de consumo de combustível<sup>11</sup>** sem a realização do adequado **procedimento licitatório** conforme determina a Lei nº 8.666/93, contudo, sem a comprovação de danos ao erário;

<sup>6</sup> R\$ 4.193,66 – R\$ 1.238,20

<sup>7</sup> Estando em desconformidade com a norma contida no Manual de Referência à que se refere a Resolução TCE/AC nº 87/2013 (modelos 07 e 08)

<sup>8</sup> Acórdãos N°s 11.378/2019/Plenário, 2.164/2018/1ª Câmara, 2.010/2018/1ª Câmara, 11.373/2019/Plenário, 11.374/2019/Plenário, 11.375/2019/Plenário 11.376/2019/Plenário

<sup>9</sup> Descumprindo artigos 94, 95 e 96 da Lei Federal nº 4.320/64 e art. 1º, § 2º da Resolução TCE/AC nº 87/2013

<sup>10</sup> Descumprindo o artigo 22, I da Lei nº 8.212/1991 e art. 15 da Lei nº 8.036/1990

<sup>11</sup> Empenhos mostram ter sido emitido a Posto de Gasolina

Face ao exposto, **VOTO por:**

- 1) **Emissão de Acórdão** considerando **IRREGULAR** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus, exercício 2016 de responsabilidade da Sr.<sup>a</sup> **Marcela Nascimento de Souza**, Presidente da Câmara à época, com fulcro no art. 51, III, da LCE nº 38/1993, valendo como ressalvas os itens “a”, “b”, “c” e “d”, parte integrante do voto;
- 2) **Notificar** a Sr.<sup>a</sup> **Marcela Nascimento de Souza**, Presidente da Câmara de Santa Rosa do Purus à época do resultado desta decisão;
- 3) **Notificação ao atual Presidente** da Câmara Municipal de Santa Rosa do Purus, para que promova a atualização do inventário dos bens móveis e imóveis, certifique-se, que o consumo de combustível esteja sendo contabilizado e controlado adequadamente, e
- 4) Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento dos autos**.

**É como Voto.**

Rio Branco, 10 de outubro de 2019.

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**  
Relatora